

Apoio de ‘bancada de servidores’ é dúvida

Para aprovar Previdência, governo alivia regra de transição para funcionário público, mas deputados ainda querem analisar a proposta

Neila Almeida
Victor Gomes

O governo confirmou que estuda abrandar a regra de transição da reforma da Previdência para servidores públicos que ingressaram antes de 2003, mas ainda não conta com o apoio da “bancada do funcionalismo” para aprovar o texto.

Deputados que têm como base os servidores públicos e que se posicionaram contra o texto atual da reforma da Previdência dizem que precisam analisar a mudança que está sendo negociada com o governo para saberem se vão mudar os votos.

O Congresso tem hoje duas frentes parlamentares em defesa do funcionalismo, uma com 201 e outra com 238 deputados. O deputado Rogério Rosso (PSD-DF) disse que é “nobre” por parte do governo fazer essa negociação, mas que ainda vai se reunir com as entidades dos servidores públicos para ter certeza de que as mudanças propostas

contemplarão, de fato, os servidores.

“Não podemos aceitar a estigmatização dos servidores públicos, como se eles fossem os culpados pelos problemas da Previdência.” O deputado reconheceu que pode mudar de posicionamento se realmente houver um entendimento entre servidores e governo. “Posso mudar o voto, mas se eu tiver de escolher, fico com os servidores e contra a proposta.” Joaquim Passarinho (PSDPA) vai na mesma linha.

Para ele, os problemas da atual proposta são a falta de uma regra de transição para quem entrou no serviço público antes de 2003 e a mudança nas pensões. Já o deputado Arnaldo Faria de Sá é mais cético: “Eu só avalio depois de ver o novo texto. O governo está cheio de más intenções”. Jony Marcos (PRB-SE) e Major Olímpio (SD-SP) se dizem muito sensíveis às demandas dos funcionários públicos.

Ressalvam que, mesmo se o governo criar a regra de transição, votarão contra a PEC. “Eu não estou à venda. É uma estratégia podre de satanizar o funcionário público, como se ele tivesse privilégios, como se a culpa fosse dele”, disse Olímpio.

Ontem, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a flexibilização da reforma da Previdência para abrandar as regras para servidores que ingressaram antes de 2003 é de fato uma concessão e que não é o que a equipe econômica gostaria, mas que faz parte do processo de debate.

“Gostaríamos de votar o texto tal qual apresentado, mas a discussão no Congresso gera negociação”, disse, após cerimônia de posse de Carlos Marun como ministro da Secretaria de Governo. Pelo texto aprovado na comissão especial em maio, esses servidores precisariam cumprir as idades mínimas definitivas (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para manterem o direito a receber como aposentadoria o último salário e os mesmos reajustes dos funcionários da ativa.

Caso contrário, poderiam se aposentar antes, conforme a regra de transição, mas sem os benefícios da integralidade e da paridade.

COLABORARAM CARLA ARAÚJO, FELIPE FRAZÃO E IDIANA TOMAZELLI

Qual o critério?

Adriana Fernandes

Uma fila de governadores vai se formar na porta do presidente Michel Temer e da equipe econômica depois que o governo aceitou dar um socorro de R\$ 750 milhões ao Rio Grande do Norte. Com a proximidade do calendário eleitoral de 2018, os governadores que estiverem em dificuldade e quiserem melhorar a imagem para a campanha eleitoral farão pressão para conseguir também ajuda financeira do Tesouro Nacional.

E, aí, a situação vai ficar delicada.

Qual será o critério do governo para escolher um determinado Estado em detrimento de outro? Como separar o joio do trigo? Ou, mais grave: como escapar do intrincado jogo de alianças políticas para 2018 sem que haja suspeitas fundadas ou infundadas?

O governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, é do PSD e próximo do DEM de Rodrigo Maia, o presidente da Câmara. O Estado é também base eleitoral do presidente do DEM, Agripino Maia.

O Rio Grande do Norte alega estar em grave crise financeira, com três meses de atraso na folha, e com a saúde em colapso para pedir os recursos federais.

É bom lembrar: trata-se de

dinheiro do Orçamento. Portanto, despesa do governo e com impacto nas contas públicas. Ou seja, menos verba para outras áreas. É diferente do tipo de socorro oferecido pelo governo federal ao Estado que pedir à União para entrar no programa de recuperação fiscal.

Previsto em lei aprovada pelo Congresso depois de muita negociação, o programa foi criado, principalmente, para salvar as finanças de três Estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Ele exige uma série de contrapartidas de ajuste fiscal e regras rígidas para definir quem pode e quem não pode ser elegível à recuperação. Além disso, o auxílio financeiro do programa é feito com a suspensão dos pagamentos das dívidas, sem dinheiro do Orçamento.

Já o modelo de socorro que o governo fará para o Rio Grande do Norte não tem regra definida. É totalmente discricionário. Há Estados em situação com mais dificuldade de curto prazo e dívida maior, como o Rio Grande do Sul, que negocia há meses o ingresso no programa e ainda não conseguiu aderir.

Minas Gerais, do governador petista Fernando Pimentel, que não sabe ainda se terá recursos para pagar os salários, reluta em entrar no programa porque não quer assumir

as contrapartidas previstas, como a privatização de estatais, o que coloca a Cemig na linha de tiro. Sem falar do governo do Rio de Janeiro, único Estado que aderiu até agora à recuperação fiscal em meio a colapso financeiro, crise na segurança pública, atrasos de salários e dramas familiares dos servidores.

O governo do Rio tentou, tentou e tentou receber dinheiro novo do presidente Temer, mas não conseguiu. De nada adiantou o patrocínio do presidente da Câmara e do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco.

É certo que recebeu R\$ 2,9 bilhões para reforçar a segurança dos Jogos Olímpicos, alívio que durou pouco, tamanho o estrago nas finanças públicas provocado pela má gestão e corrupção dos governantes.

O ingresso de Minas no programa de recuperação é dado como certo por conta da crise nas finanças estaduais. Pimentel, inclusive, circulou esta semana em Brasília e fez afagos a Temer, com quem se reuniu.

Depois de um socorro ao Rio Grande do Norte, as bases de negociação do Tesouro com os governos gaúcho e mineiro ficarão mais pressionadas. Como tem dívida baixa, a recuperação fiscal não





interessa ao Rio Grande do Norte. De certa forma, o socorro coloca em xeque o programa.

Para sustentar a liberação do dinheiro, o Ministério do Planejamento fez uma consulta formal ao Tribunal de Contas da União para saber se é possível a abertura de crédito extraordinário para transferência de recursos a Estados e municípios que estejam em grave crise financeira, já comprometendo as áreas de saúde, segurança e educação.

O TCU autorizou, mas não gostou. O ministro José Múcio Monteiro até ironizou: "Virou moda. Tudo que o governo não quer fazer, diz que só fará se o TCU der o aval".

A porta para novos socorros está aberta. Nem parece que o governo federal tem déficit de R\$ 159 bilhões e também pagamentos em atraso.

Fica, Meirelles

Henrique Meirelles estabeleceu, esta semana, publicamente, um prazo para decidir sobre sua candidatura à Presidência da República: março ou no começo de abril do próximo ano. O ministro deixou claro, inclusive, que a agenda econômica seria mantida.

Fica 2

Entretanto, a vida não é tão fácil. Conversando ontem com integrantes da iniciativa privada, esta coluna apurou que não há nervosismo quanto à transição na Fazenda – desde que o substituto seja alguém da equipe ou Dyogo Oliveira, do Planejamento. E contam com a reforma da Previdência já devidamente aprovada em fevereiro.

Fica 3

Ainda assim, nem banqueiros nem empresários gostam da ideia de Meirelles deixar o cargo oito meses antes do fim do mandato de Temer. Questionam as chances de o pré-candidato se tornar um player minimamente importante em 2018. E acham que sua opção vai fragmentar ainda mais a disputa por eleitores de centro. Para felicidade dos que votam na esquerda (Lula ou outro) e na direita (Jair Bolsonaro).

Fica 4

A unanimidade, mesmo, é que Meirelles, “guardião das coisas certas do governo Temer”, é um excelente formador de equipes.